

REUNIÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DIREITO
COMPARADO LUSO-BRASILEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 1985
PROGRAMAÇÃO ACADÊMICA PARA 1986

Realizou-se no passado dia 26 de fevereiro de 1986, no Centro Luso-Brasileiro de Cultura, com início às 18:00 horas, reunião ordinária do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro para apreciação do temário previsto na convocação, a saber:

- a) relatório das atividades de 1985;
- b) prestação de contas;
- c) programação académica para 1986, no Brasil e em Portugal, com a realização do III Congresso e do VIII Simpósio de Direito Comparado Luso-Brasileiro e o intercâmbio de professores universitários;
- d) criação de prêmios para os melhores trabalhos jurídicos, na forma de regulamentação a elaborar-se;
- e) orçamento de 1986, com fixação da nova anuidade.

Constituíram a mesa diretora o Des. Hamilton de Moraes e Barros, presidente; Prof. Dr. Francisco dos Santos Amaral Neto, Des. José Carlos Barbosa Moreira, Des. Joaquim António de Vizeu Penalva Santos, Prof. Dr. Alberto Bittencourt Cotrim Neto, Prof. José Arthur Rios e Dr. José Motta Maia. Abertos os trabalhos, o Presidente do Conselho Diretor fez o relatório das atividades do Instituto no ano de 1985, como se segue:

1) Na forma do acordo existente com a seção portuguesa do Instituto, participamos em janeiro de 1985, de 15 a 17 de janeiro de 1985 do VI Simpósio de Direito Comparado Luso-Brasileiro sobre temas de direito privado e ordem econômica. Participaram, do lado brasileiro, o Prof. Fran Martins, o Dr. Motta Maia e o Prof. Francisco Amaral. Do lado português, os Profs. Vasco Lobo Xavier e Souza Franco, das Universidades de Coimbra e Lisboa. Prestigiaram o evento diversas autoridades, como o Presidente do

Supremo Tribunal de Justiça, Cons. Octávio Dias Garcia, o Sr. Ministro, Dr. Rui Machete, o Bastonário da Ordem dos Advogados Portugueses, Dr. António Osório de Castro, o Procurador-Geral da República, Dr. José Narciso da Cunha Rodrigues, o Prof. Ferrer Correia, Reitor Honorário da Universidade de Coimbra.

2) Em Portugal foram os juristas brasileiros ainda homenageados em Lisboa pelo Sr. Ministro da Justiça, Dr. Rui Machete, no Grémio Literário Português, pelo Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Octávio Dias Garcia, e pela Procuradoria Geral da República, Procurador José Narciso da Cunha Rodrigues.

3) A missão brasileira realizou, em Paris, visitas à Faculdade de Direito da Universidade de Paris II e ao Instituto de Droit Comparé, onde manteve contactos com seus diretores, respectivamente, os Profs. Jacques Le Galvez e Denis Tallon, visando uma futura integração com as atividades que tais instituições desenvolvem no campo do direito comparado.

4) A missão brasileira realizou depois em Roma, na Universidade de Roma II, uma mesa redonda sobre as transformações atuais do direito da economia, com destaque especial para as leis das sociedades por ações do Brasil, de Portugal e da Itália. Participaram, além dos juristas brasileiros, os Profs. Pietro Rescigno, titular de direito civil da Universidade de Roma, Antonio Serra, e Diego Corapi, das Universidades de Sassari e de Roma, e os Profs. Diogo Leite Campos e Vasco Lobo Xavier, da Universidade de Coimbra.

5) Em Lisboa, o Instituto e a Procuradoria Geral da República portuguesa estabeleceram as bases de um convênio de colaboração em matéria de informática jurídica, para possibilitar aos juristas de Portugal e do Brasil o acesso imediato à legislação, à doutrina e à jurisprudência de ambos os países.

6) Em agosto, de 22 a 24, o Instituto realizou, no Rio de Janeiro, o II Congresso e o VII Simpósio de Direito Comparado Luso-Brasileiro, sobre a presença do Estado na Economia e sobre Direito Penal e Política Social. Desses eventos participaram ativamente os Profs. Rogério Soares e Diogo Leite Campos, da Universidade de Coimbra, e os Profs. Paulo Bonavides (Ceará), José Alfredo Baracho (Minas Gerais), Whitaker da Cunha, Cotrim Neto, Alberto Venâncio Filho, Atamir Quadros Mercês, Francisco Amaral, Orlando Gomes, Othon Sidou, Luis Camargo Pinto de Carvalho,

Antonio Carlos Silva Biscaia, Dep. Samir Achoa, Philippe Malinvaud (Univ. de Paris), Fran Martins (Ceará), Paulo Cesar Araújo e Aguinaldo Mello Junqueira Filho, Arthur Rios, Ricardo Cesar Pereira Lira, José Gomes da Silva (INCRA), Rafael Mendonça Lima, Motta Maia, Oscar Dias Correia, Ives Gandra Martins, Gilberto Ulhoa Canto e Clóvis Ramalhete.

Na parte do direito penal e política social, participaram os Profs. Celso Cesar Papaleo, Anabela Rodrigues (Univ. Coimbra), Arno Schmidt (Santa Catarina), Armida Bergamini Miotto (Brasília), Dalmo Silva, João Mestieri, Nilo Batista, Wanda Capeller, Evandro Lins e Silva, Tércio Lins e Silva, Damásio de Jesus e Alvaro Mayrink da Costa. Prestigiaram os eventos os senhores Ministros José Carlos Moreira Alves, Aureliano Chaves, Des. Paulo Dourado de Gusmão, o Prof. Sérgio Ferraz e muitas outras personalidades do mundo jurídico brasileiro, e ainda o Ministro da Justiça de Portugal.

7) No mesmo período, promoveu-se em conjunto com a Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, sob a coordenação do Prof. Dr. Luís Roldão de Freitas Gomes, uma conferência do Procurador-Geral da República de Portugal, Dr. José Narciso da Cunha Rodrigues, sobre a atuação do Ministério Público de Portugal e na Europa. O evento realizou-se no auditório do Tribunal de Justiça, presentes inúmeras personalidades do mundo jurídico brasileiro e português.

8) Durante 1985, foi publicado no n.º 4 da *Revista de Direito Comparado Luso-Brasileiro*, distribuída gratuitamente aos membros em dia.

9) Para distribuição desse número, a biblioteca da Faculdade de Direito e Instituições do Brasil, o Instituto recebeu da Fundação Brasil-Portugal uma doação de 60 volumes.

Aprovados o relatório e as contas do exercício findo, com explicação do déficit verificado, aprovou-se também o seguinte plano de atividades para 1986:

1) um curso de direito constitucional comparado, com a participação dos principais constitucionalistas brasileiros;

2) realização, em setembro de 1986, do III Congresso e do VIII Simpósio de Direito Comparado Luso-Brasileiro sobre temas de direito constitucional, à luz da experiência constitucional portuguesa, participando juristas portugueses e brasileiros;

3) instituição de um prêmio jurídico (uma viagem a Portugal) para o melhor trabalho na órbita do Direito Comparado luso-brasileiro, conforme regulamento a elaborar-se, para o que se constituiu uma comissão formada pelos Des. Joaquim Antonio de Vizeu Penalva Santos, Profs. Alberto Bittencourt Cotrim Neto e José Arthur Rios sob a coordenação do Dr. José Motta Maia;

4) instituição de um plano de pesquisas jurídicas, tendo-se aprovado a realização de uma sobre o papel das Santas Casas da Misericórdia na estrutura da sociedade brasileira e, em especial, na formação do sistema da previdência social privada. Integram a respectiva comissão, as Prof.^{as} Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca, Wanda Capeller, Eliane Junqueira, Kley Ozon Couri e o Prof. José Arthur Rios, coordenador;

5) aprovação da viagem a Lisboa e Coimbra, para realização de conferências, de dois professores brasileiros, a convite da seção portuguesa do nosso Instituto;

6) Desenvolvimento do plano de informática jurídica com a Procuradoria Geral da República de Portugal e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

7) Publicação de dois números da *Revista de Direito Comparado Luso-Brasileiro*.

Aprovou-se, finalmente, o orçamento para 1986, tendo-se fixado a anuidade em Cz\$ 300,00 (trezentos cruzados) a ser paga até 31 de março de 1986, depois do que se vencerão juros de mora. Os consócios em dia terão direito a receber, gratuitamente, todas as publicações do Instituto, a participar de todos os eventos culturais que esse realizar, e a receber o diploma da instituição.